RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Terca-Feira, 10 de Novembro de 2026

Arquivamento do Inquérito de Fake News Gerou 1.600 Ações Penais em 7 Anos, Revela Fachin

Decisão do presidente do STF revela alcance e impacto da investigação sobre desinformação e ameaças democráticas

A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, de encerrar o inquérito sobre fake news revelou números expressivos que demonstram a magnitude da investigação conduzida ao longo de sete anos.

Durante este período, foram instauradas mais de 1.600 ações penais originadas das evidências coletadas na apuração.

Em sua fundamentação, Fachin destacou: "A partir das provas que foram aqui produzidas, outros inquéritos e outras investigações foram abertas. Elas resultaram em mais de 1.600 ações penais. Graças a essas ações, foi possível, de forma inédita na história deste país, responsabilizar quem tentou subverter a ordem democrática".

Leia Mais:

- 

Lula adota distância como estratégia de apoio a Hugo e Alcolumbre

- 

Bolsonaro deve reforçar apoio a Marinho na disputa pelo comando do Senado

- 

PF prende suspeito de vazar dados do STJ para advogado amigo de Flávio

A documentação que sustenta a investigação é volumosa, compreendendo 57 tomos, mais de cem apensos e 1.300 arquivos eletrônicos.

Conforme exposto na decisão: "Ao longo dos 57 volumes que formam estes autos até a sua conversão em autos eletrônicos em 14.9.2026, mais de 100 apensos e em suas mais de 1.300 peças eletrônicas, foram reunidos elementos informativos que, segundo consignado na investigação, revelariam, em tese, a atuação coordenada de indivíduos e grupos voltados à adoção de medidas destinadas ao enfraquecimento das instituições republicanas e à ruptura da ordem democrática".

Desde 2019, a investigação passou por pelo menos 15 prorrogações. Diversos relatórios técnicos foram produzidos, incluindo 21 da Polícia Civil de São Paulo, sete da Polícia Federal e oito da Secretaria de Segurança Institucional do STF.

O escopo geográfico do inquérito abrangeu múltiplos estados desde sua criação, com atuação registrada no Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.